

CONVERSAS SOBRE A SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ESCOLA: UMA COCRIAÇÃO NO PADLET

CONVERSATIONS ABOUT THE NATIONAL PREGNANCY PREVENTION WEEK AT SCHOOL: A CO-CREATION ON PADLET

CONVERSACIONES SOBRE LA SEMANA NACIONAL DE PREVENCIÓN DEL EMBARAZO EN LA ESCUELA: UNA CO-CREACIÓN ON PADLET

EDUARDO, Janaína Rodrigues de Freitas Machado¹ 

SANTOS, Edméa² 

BERINO, Aristóteles³ 

RESUMO

Este artigo narra a produção de um mural cocriado no Padlet, a partir de conversas sobre a Lei Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola. Este trabalho se fundamenta nos pressupostos de Paulo Freire, da ciberpesquisa-formação e do feminismo interseccional, tendo como instrumentos, o caderno de campo e a ficha-roteiro das conversas. As ações educativas realizadas com estudantes de uma escola pública, alinhadas à legislação vigente e combate à violência patriarcal, possibilitaram a tessitura de conhecimentos acerca dos direitos sexuais e reprodutivos e revelaram potencialidades do uso do Padlet, como a interatividade e a colaboração.

Palavras-chave: Direitos sexuais e reprodutivos; Paulo Freire; Pesquisa-formação na cibercultura, Feminismo interseccional; Padlet.

ABSTRACT

This article narrates the production of a virtual co-created board on Padlet, based on conversations about the National Law for Prevention of Pregnancy in Adolescence at school. This work is based on the educational assumptions of Freire, on cyberresearch-training and on intersectional feminism, using the fieldwork notebook and the script-sheet of conversations as instruments. Educational actions carried out with students from a public school, in line with current legislation and the fight against patriarchal violence, made it possible to weave knowledge about sexual and reproductive rights and revealed potentialities of using Padlet, such as interactivity and collaboration.

Keywords: Sexual and reproductive rights; Paulo Freire; Research-formation in cyberculture; Intersectional feminism; Padlet.

RESUMEN

Este artículo narra la producción del mural co-creado en Padlet, a partir de conversaciones sobre la Ley Nacional para la Prevención del Embarazo en la Adolescencia en la Escuela. El trabajo parte de los presupuestos de Paulo Freire, de la ciberinvestigación-formación y del feminismo interseccional, utilizando como instrumentos el cuaderno de campo y la guía de conversaciones. Las acciones educativas realizadas con estudiantes de una escuela pública, en línea con la legislación vigente y la lucha contra la violencia patriarcal, permitieron tejer conocimientos sobre derechos sexuales y reproductivos y revelaron las potencialidades del uso del Padlet, como la interactividad y colaboración.

Palabras clave: Derechos sexuales y reproductivos; Paulo Freire; Ciberinvestigación-formación; Feminismo interseccional; Padlet.

¹ Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - SEEDUC-RJ - Volta Redonda/RJ - Brasil - <https://orcid.org/0000-0002-9297-1263> .

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - Seropédica/RJ - Brasil - <https://orcid.org/0000-0003-4978-9818> .

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - Nova Iguaçu/RJ - Brasil - <https://orcid.org/0000-0002-6013-7784> .

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC/UFRRJ, que investigou a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos, no Colégio Estadual Rio de Janeiro, em Volta Redonda/RJ. Os direitos reprodutivos foram reconhecidos no documento final da Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, como:

O direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência (Brasil, 2005, p. 7).

Por várias décadas, o debate da temática considerou apenas questões referentes à capacidade reprodutiva das mulheres, pois como as resistências política e religiosa restringiam as discussões, os direitos sexuais não foram abordados nas conferências internacionais antes da década de 1990 (Petchesky, 1999). A autonomia dos direitos sexuais em relação aos direitos reprodutivos somente foi conquistada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, graças às lutas “dos movimentos gay e lésbico europeus e norte-americanos” em “sinergia com os segmentos dos movimentos feministas” (Brasil, 2013, p. 13). Os direitos sexuais versam sobre o direito de viver livremente a sexualidade sem violência e imposições; escolher o parceiro sexual e se quer ter relação sexual; viver plenamente a sexualidade sem medo, culpa e falsas crenças, independentemente de estado civil, idade ou condição física; expressar livremente sua orientação sexual; ao sexo seguro para prevenção da gravidez e infecções sexualmente transmissíveis e a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade; ter relação sexual, independentemente da reprodução e ter acesso à educação sexual e reprodutiva.

Apesar da formalização dos direitos sexuais e reprodutivos nas conferências internacionais e avanços na luta contra violência sexual, segundo a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2016), as estatísticas da gravidez na adolescência são alarmantes na América Latina. Na tentativa de reduzir os números, foi sancionada a Lei 13.798/2019 que, acrescenta o Art. 8º-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituindo a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

O levantamento bibliográfico da temática e a reflexão sobre as premissas acima aguçou o nosso interesse pela investigação da tessitura de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar, na perspectiva da educação freireana, em reconhecimento ao legado de Paulo Freire no campo da Educação em Direitos Humanos. Assim, as atividades forjadas no currículo em ato têm implicação com a legislação vigente, como a Lei nº. 8.069/1990, que instituiu o ECA e a Lei nº. 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude.

Neste artigo narramos o processo de criação de um mural no Padlet produzido a partir da mediação de conversas sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Considerando-se o alarmante índice de gravidez na adolescência no Brasil e a relação desses números

com a evasão escolar, a questão do “casamento infantil” e as diferentes formas de controle dos corpos e sexualidade da mulher, o escopo teórico deste trabalho entrelaça a teoria feminista interseccional aos pressupostos da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019) e do pensamento freireano (2011a; 2021).

PERCURSO METODOLÓGICO

Como “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (Freire, 2011b, p. 30), a cocriação no Padlet foi mediada pela *professorapesquisadora*, que leciona no Colégio Estadual Rio de Janeiro há 15 anos e é uma das autoras deste texto e por nove estudantes matriculados no 2º e no 3º ano do Ensino Médio, aos quais chamaremos aqui de praticantes da pesquisa. Neste trabalho, algumas palavras são grafadas juntas, devido à compreensão acerca do modo complexo como os conhecimentos são tecidos nas práticas cotidianas e do entendimento de que esses termos não podem ser expressos pela dicotomia inventada pela racionalidade moderna (Alves, 2001). Compreendemos a criação que forjamos coletivamente como um ato de currículo que brotou das ciber(invenções) dos praticantes do colégio no processo de ressignificação da proposta oficial, tendo em vista que, o Currículo Básico da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro orienta o ensino da reprodução humana, direitos humanos e combate à violência contra a mulher.

Nas teorias feministas, o gênero é uma condição relevante, desde que não dissociada de outras categorias de opressão (Carneiro, 2019). Nessa dinâmica, os Estudos Feministas Interseccionais analisam como as diversas formas de opressão (raça, gênero, classe, idade, condição física e nação), se relacionam e constroem sistemas específicos de poderes que se articulam e modelam valores e imagens cristalizadas (Collins, 2019). O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica nasce da necessidade de solucionarmos os problemas sociais que enfrentamos, permitindo investigarmos como “as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins; Bilge, 2021, p. 15).

Ao reconhecermos que a dialogicidade deve anteceder o encontro da educadora com seus educandos e já deve estar presente desde quando um docente busca o conteúdo programático (Freire, 2011a), ponderamos que, se em uma perspectiva bancária, a escola “transmite” os conhecimentos produzidos pela racionalidade moderna, em uma perspectiva libertadora, ela deve considerar os conhecimentos prévios dos praticantes e possibilitar a criação de um currículo singular, tecido como fenômeno da cibercultura instigando o emergir de saberes relacionados às experiências dos estudantes com e no mundo, em especial ao que se refere à prevenção da gravidez na adolescência, temática central desta investigação.

O comprometimento com ciberpesquisa-formação é fruto de nossas reflexões e do exercício da docência on-line, por isso, é importante destacarmos as contribuições de Marie-Christine Josso acerca da relevância das experiências e narrativas de vida na pesquisa-formação de professores. Segundo a autora, a pesquisa é “um processo cocriado conscientemente pelo sujeito aprendente e seus pares”, por entender que o processo formativo, que prescinde inexoravelmente da narrativa, é algo que ultrapassa a reflexão de si e sobre si e requer o compartilhamento de nossos sentidos individuais com os sentidos dos demais envolvidos, pois a nossa formação se fundamenta na experiência existencial e perpassa a

construção da nossa subjetividade (Santos, 2019, p. 89). A identidade é construída a partir de nossas noções de pertencimento, solidariedade, dos atos e tessituras simbólicas e concretas que constituem nossas dinâmicas de ser no mundo (Josso, 2007). Por isso, entendemos as subjetividades como algo formativo, que nos acompanha a vida toda, sendo tensionado por transformações coletivas e aspirações individuais.

Como o uso de redes sociais pode incentivar a afetividade entre os praticantes e favorecer a produção de dados, ainda mais no contexto da Educação Online realizada na pandemia de covid-19, a interatividade foi mediada com o uso do WhatsApp e do Padlet. A contribuição da equipe diretivo-pedagógica da escola merece destaque, pois além de apoiar o desenvolvimento da atividade, agilizou o contato com outros professores, que gentilmente liberaram os estudantes para cocriarmos o mural. Mesmo que a atividade pudesse ser assíncrona, o estabelecimento de um horário para conversarmos no WhatsApp foi valioso, já que a mediação foi realizada com estudantes de diferentes turmas e que tinham outras demandas, como cursos profissionalizantes, momentos de descanso e afazeres domésticos, etc.

O caderno de campo possibilitou o registro das observações e das narrativas que emergiram na mediação do encontro, tendo os temas e as perguntas geradoras das fichas-roteiro das conversas como ponto de partida. O círculo cibercultural, principal dispositivo desta ciberpesquisa-formação, inspirou-se nos círculos de cultura realizados com camponeses em processo de alfabetização na década de 1960, nos quais os educadores atuavam como mediadores (Freire, 2021). O Quadro 1, evidencia o modo como pensamos as mediações na pesquisa, a partir do digital em rede, contando com o uso de diferentes microdispositivos formacionais, como o WhatsApp, o Mentimeter e o Padlet. Todavia, salientamos que segundo a metodologia adotada, os subsídios abaixo jamais podem ser entendidos como “uma prescrição rígida” (*Ibidem*, p. 150).

Quadro 1: Fichas-roteiro da mediação de conversas

Círculos Ciberculturais	Temas	Disparadores	Perguntas geradoras
1º	Direitos sexuais e reprodutivos	Legislação vigente.	<ul style="list-style-type: none"> - Você sabe o que são direitos sexuais e reprodutivos? - Já realizou atividades sobre direitos sexuais e reprodutivos? Em quais disciplinas? - Acha importante a discussão dessa temática na escola?
2º	Palavras geradoras.	Pistas: rabiscos de injúrias sexistas nas portas do banheiro e imagens fálicas no mobiliário.	<ul style="list-style-type: none"> - Para você o que é sexualidade? - Quando você pensa em sexualidade que vêm espontaneamente em sua mente? - Quais assuntos dessa temática despertam seu interesse?
3º	Lei da Semana Nacional de Prevenção da	Índice de Adolescentes grávidas na América Latina.	<ul style="list-style-type: none"> - Você conhece alguma adolescente grávida? - Quais os fatores relacionados à gravidez não planejada?

	Gravidez Adolescência.		- Na escola, a prevenção da gravidez é um tema discutido?
--	---------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O primeiro círculo cibercultural favoreceu a compreensão de aspectos inerentes à abordagem de direitos sexuais e reprodutivos no currículo escolar com a mediação de conversas no WhatsApp. A produção de dados incentivou a cocriação de uma nuvem de palavras no Mentimeter, exercitando a interatividade e colaboração, princípios da Educação Online, o que intencionalmente revelou disparadores para futuros movimentos da pesquisa. Os dados produzidos nos dois primeiros círculos ciberculturais podem ser acompanhados detalhadamente no trabalho de Berino e Eduardo (2022). Neste artigo narramos a cocriação de um mural no Padlet (3º círculo) e as discussões sobre a Lei Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola.

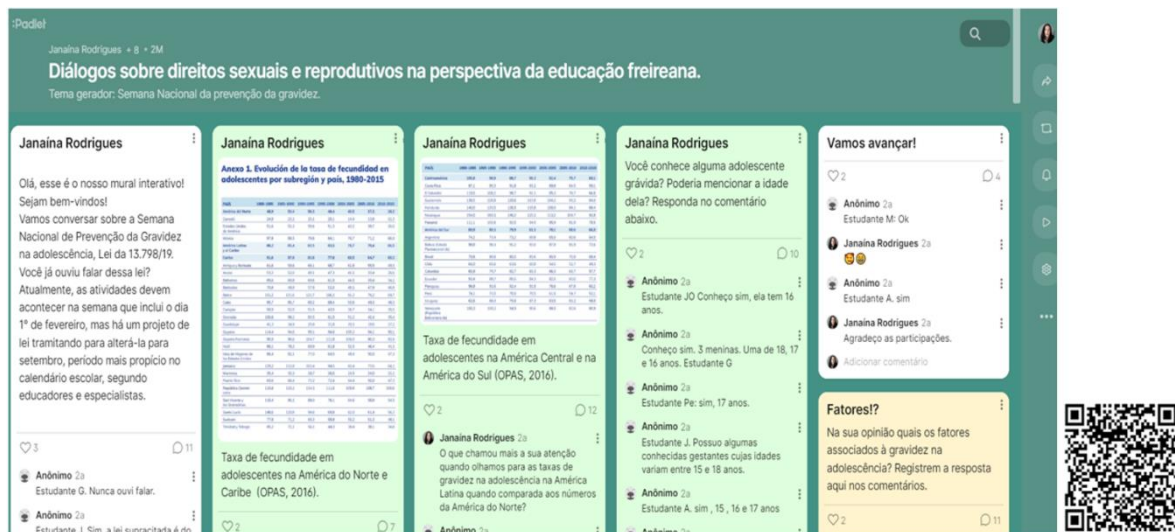
Convém informar que, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa, tendo sido registrado com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE, nº. 44200621.6.0000.5609. Os praticantes e seus responsáveis assinaram respectivamente, os Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido, enviados via Formulário do Google.

A MEDIAÇÃO DE CONVERSAS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO PADLET

Com o uso intencional e pedagógico do WhatsApp combinamos a realização do círculo cibercultural no *App* Padlet, onde um mural interativo foi coletivamente produzido, a partir das narrativas que emergiram nas conversas sobre a prevenção da gravidez na adolescência. Além da *professorapesquisadora* que leciona o componente curricular de Biologia, participaram do encontro nove estudantes na faixa etária de 15 a 18 anos. Ressaltamos que, o estudo foi conduzido com os praticantes que demonstraram interesse pela temática e a criação no Padlet, proposta como uma tarefa facultativa nas aulas de Biologia. Os participantes se inscreveram via Google Classroom, plataforma disponibilizada pela rede de ensino durante a pandemia de covid-19.

Abaixo, apresentamos a captura da tela do mural e um QR Code que direciona à atividade no Padlet (Fig. 1) e revela que a cocriação foi *feitopensada* em “unidades coloridas”. A cor branca, por exemplo, foi usada no início, na transição das perguntas geradoras e para motivar e conduzir os praticantes durante a atividade. Isso fez toda a diferença em razão dos dilemas da pesquisa, uma vez que a *professorapesquisadora* estava tendo sua primeira atuação na Educação Online, mediando um grupo de praticantes jovens que, assim como ela, majoritariamente, também utilizavam esse *App-education* pela primeira vez.

Figura 1: Captura da tela do mural interativo cocriado no Padlet



Fonte: Acervo dos autores (2021). Disponível em: <https://padlet.com/janainameduardo/vv7z9sk4qf0b5e0r>.

O uso dos *Apps*, abreviatura da palavra inglesa, *applications*, tem sido impulsionado pela ampliação da utilização de *smartphones* e *tablets*, tem favorecido o desenvolvimento e a instalação de vários aplicativos “no dispositivo móvel, alguns dos quais são criados de raiz com finalidades pedagógicas para uso na modalidade de aprendizagem móvel (*mobile learning*), daí a designação de “*apps-learning* ou *apps-education*” (Santos; Porto, 2019, p. 9). O Padlet é um aplicativo gratuito, que possibilita a construção de murais interativos e colaborativos e pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://padlet.com/>. Sobre o uso do dispositivo na aprendizagem, a pesquisadora espanhola, Inma Beltrán- Martín (2019) destacou as potencialidades relacionadas à habilidade de colaboração e criação do conhecimento, o envolvimento na criação do conhecimento no desenvolvimento cognitivo e a flexibilidade de tempo e espaço, uma vez que esse artefato cultural pode facilmente ser utilizado, pois esse aplicativo permite “aos utilizadores ‘curtir’, comentar e avaliar as postagens de materiais publicados no mural, além de partilhar com outros usuários a visualização ou edição (Barros, 2019, p. 243-244).

Acerca do grupo que criamos no WhatsApp, intitulado, *Diálogos sobre Direitos Sexuais e Reprodutivo* ressaltamos que ele foi fundamental para incentivar a interatividade, a colaboração e a autoria e também para agilizar e dinamizar a comunicação com os praticantes. O WhatsApp que já era bastante utilizado por professores e estudantes, se tornou uma das principais táticas usadas pelos praticantes nas escolas brasileiras para driblar os desafios que assumimos durante a emergência epidemiológica. Ampliando o nosso entendimento a respeito do uso do WhatsApp, Silva (2017, p. 16) ressalta a coerência desse artefato cultural com o pensamento freireano e destaca sua importância no processo educativo, por contemplar “a participação de sujeitos dialogantes na dinâmica da autoria e da cocriação da comunicação, aprendizagem e da formação”.

A educação freireana, entendida neste trabalho como *pedagogia do diálogo* permeou os movimentos da pesquisa e possibilitou a cocriação do mural sobre a prevenção da gravidez na adolescência na escola, pautada nos princípios éticos e estéticos defendidos por Paulo Freire, considerando-se que quando os estudantes chegam à escola eles têm muito a nos contar, pois a

existência humana não é muda e ao pronunciarmos o mundo, mediatizados com os outros, podemos transformá-lo (Freire, 2011a). Desse modo, decidimos intervir o mínimo possível nas transcrições, alterando somente aquilo que dificultava a compreensão.

O círculo cibercultural no Padlet foi iniciado com a seguinte pergunta geradora: “*Vamos conversar sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na adolescência, Lei nº. 13.798/19. Você já ouviu falar desta lei?*” Atualmente, as atividades devem acontecer na semana que inclui o dia 1º de fevereiro, período escolhido devido à proximidade das festividades de carnaval, mas há um projeto de lei tramitando para alterá-la para setembro, período mais apropriado no calendário escolar. A seguir, apresentamos a transcrição das narrativas:

Estudante G. Nunca ouvi falar.

Estudante J. Sim, a lei supracitada é do meu conhecimento, uma vez que aborda um assunto cada vez mais em vigor nos tempos modernos, assunto esse presente não só nos recursos midiáticos, mas no próprio meio social da nossa convivência.

Estudante Jo. Cheguei a ouvir uma vez só.

Estudante A. Já era de meu conhecimento que havia uma semana para a prevenção de gravidez na adolescência, mas *não imaginava* ser uma lei.

Professorapesquisadora. É uma lei recente, foi promulgada no ano de 2019. (Grifos Nossos).

Na sequência, as tabelas com as taxas de gravidez na adolescência na América do Norte, Caribe, América Central e Caribe divulgadas pelo relatório da OPAS (2016) foram publicadas no mural e a *professorapesquisadora* deixou a seguinte provocação: *Vocês deram uma olhada nesses números? (Importante: Olhem a diferença na América do Norte e na América do Sul e comentem aqui. Bjs.)*. Abaixo, podemos verificar a emergência das narrativas:

Estudante L. Comparando a América do Norte a América Latina é até um pouco triste considerando que nossos números desde o ano de 1980 são mais altos que os da América do Sul.

Professorapesquisadora. O que chamou mais a sua atenção quando olhamos para as taxas de gravidez na adolescência na América Latina quando comparada aos números da América do Norte?

Estudante M. Achei as [porcentagens] % um pouco altas! Mas com o decorrer dos anos, [o índice] baixou.

Professorapesquisadora. Sim, os índices apresentam uma ligeira queda ao longo dos anos. Mas, a taxa de gravidez na adolescência na América Latina ainda é uma das maiores do mundo.

Estudante J. Bom, analisando os gráficos, é possível averiguar uma diferença significativa a respeito dos dados: as taxas de natalidade na América Latina possuem números visivelmente mais notáveis quando comparados aos da América do Norte, embora tenham apresentado queda, consequência direta no quesito do planejamento familiar. (Grifos Nossos).

Dando prosseguimento, apresentamos outra pergunta geradora aos praticantes: “*Você conhece alguma adolescente grávida?*” *Poderia mencionar a idade dela?* Abaixo, temos as narrativas dos estudantes:

Estudante G. Conheço sim. 3 meninas. Uma de 18, 17 e 16 anos.

Estudante J.: Possuo algumas conhecidas gestantes cujas idades variam entre 15 e 18 anos.

Estudante D.: Sim, 13, 15, 17, 16.

Estudante M.: Sim. Duas com 17 anos e uma com 16 anos.

Professorapesquisadora: Nossa, muitas adolescentes.

Não nos surpreendemos com o fato de os praticantes terem mencionado que conheciam adolescentes grávidas, mas sim, com a quantidade e a questão de a responsabilidade pela ocorrência da gestação recair exclusivamente sobre *as jovens*, como indica a narrativa da *Estudante M.*, logo abaixo. Inclusive, porque há indicativo de que os homens que engravidam meninas (no caso de estupro de vulnerável) e adolescentes de 14 a 17 anos, em sua maioria são maiores de idade. A pesquisa sobre “casamento infantil” realizada por Taylor *et al.* (2015) apontou que os homens que se casaram com as adolescentes que participaram do estudo eram em média, nove anos mais velhos que suas esposas. Em seguida, os educandos foram questionados acerca dos fatores relacionados e majoritariamente, apontaram que a gravidez na adolescência ocorre devido à falta de conhecimento e de orientação da família, com exceção de duas estudantes que apontaram fatores relacionados às desigualdades sociais e violência de gênero, conforme podemos ver nas próximas transcrições:

Estudante M.: Muitas adolescentes não têm conhecimento, base familiar, não usam métodos contraceptivos etc.

Estudante A.: Acho que é falta de conhecimento, prevenção, uso de métodos contraceptivos, falta de diálogo familiar para que seja alertado sobre o assunto.

Professorapesquisadora: Falta conhecimento, realmente. Mas também há dificuldade de acesso aos serviços de saúde e as questões econômica e social contribuem muito nesse caso, infelizmente.

Estudante J.: Podemos salientar que a gravidez precoce e não planejada, faz-se presente, sobretudo, em áreas que contam com populações que, em sua maioria, são pertencentes aos estratos sociais mais baixos e que possuem pequeno nível de escolaridade, não portando de meios de acesso à informações básicas de autocuidado e prevenção no que tange à saúde reprodutiva, consequências diretas da negligência estatal no investimento na educação sexual de jovens nas instituições de ensino, desde a infância, e em campanhas de caráter informativo, destinadas à prevenção dessa mazela. Tais medidas, que teoricamente deveriam concretizar-se como ações banais, na prática, carregam um ideal utópico quanto suas implantações, convivendo, ainda, com um grande abismo devido à falta de planejamento público [...].

Estudante L.: Além da clara falta de conhecimento, também tem a taxa alta de estupros que podem trazer uma gravidez indesejada na adolescência e eu acho que as vezes tem o fator da sociedade, as meninas são ensinadas tão cedo que é para isso que estamos no mundo (o que não é verdade) e muitas vezes tem influencias dentro da escola, como amigos que a influenciam a crescer mais rápido e por isso acaba vendo o sexo como uma coisa que ela precisa fazer para crescer ou se encaixar e isso pode acabar saindo pela culatra. O comportamento de grupo relaciona-se à questão cultural e não deve ser desconsiderado. (Grifos Nossos).

Acerca da educação sexual nas escolas, esvaziada da agenda do Ministério da Educação no Governo Bolsonaro (Herdy, 2020), gostaríamos de ressaltar a narrativa da *Estudante J.*, que aponta a negligência do Estado. No que tange à ideia controversa de que a educação sexual deve ser reponsabilidade exclusiva da família e à consequente falta de investimentos na formação de educadores implicados com atividades educativas relacionadas à temática, convém apresentarmos os embates sociais e políticos que tensionam dois grupos na contemporaneidade: as feministas e pessoas da

comunidade LGBTQIA+, que defendem a promoção da igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos e os católicos carismáticos e evangélicos neopentecostais com suas agendas de defesa da liberdade religiosa e da moralidade cristã (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). Apesar de heterogêneo, os membros mais reacionários do segundo grupo costumam reagir ferozmente, por entenderem que o acesso ao controle reprodutivo, a descriminalização do aborto e o reconhecimento dos direitos sexuais reivindicados pelo primeiro grupo ameaçariam as famílias cristãs, por confrontarem “de maneira direta o poder da Igreja sobre o Estado, assim como as pretensões de sua hierarquia de defender uma moral universal” (*Ibidem*, p. 47).

As narrativas das *Estudantes J. e L.*, também evidenciaram o entendimento de que a gravidez na adolescência pode reforçar a pobreza e até mesmo influenciar indicadores sociais, como o aumento dos registros de violência sexual, baixa renda e informalidade, pois devido à gravidez precoce, “os jovens interrompem ou são impedidos de retornar os estudos” e podem ter dificuldade para encontrar um emprego e contribuir na composição da renda familiar (Heilborn, 2006, p. 31). Diante disso, o Poder Público deveria priorizar as atividades educativas que contemplem todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com o foco nos direitos sexuais e reprodutivos e “garantir as ações de anticoncepção para todas as mulheres e homens em idade reprodutiva, adultas(os) e adolescentes, que desejem ter acesso a métodos e meios para regulação da sua fecundidade” (Brasil, 2005, p. 13). Por considerarmos a complexidade da questão e suas múltiplas dimensões publicamos no mural interativo os fatores individuais, familiares, comunitários e que envolvem a sociedade, apontados pelas participantes de uma vasta pesquisa realizada em nosso continente pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS, 2016). A apresentação dos dados apontados no relatório da organização favoreceu a ampliação da discussão e a emergência das seguintes narrativas:

Professorapesquisadora: O relatório da Organização Panamericana de Saúde (OPAS, 2016) apresenta diversos fatores que contribuem na elevação da taxa de gravidez na adolescência. Eu fiquei bastante impressionada quando observei que a falta de resolução das *questões ligadas à violência de gênero* é um dos fatores sociais que podem elevar as taxas de gravidez na adolescência.

Estudante J. Realmente.

Professorapesquisadora: Além da questão do *abuso*, existem países com *leis que protegem abusadores* que se *casam* com suas vítimas. *Alguns países ainda permitem o "casamento infantil"*, por exemplo.

Estudante J. Às vezes esquecemos o quanto a cultura de outros lugares difere-se da nossa, *é assustador tais ações serem autorizadas...*

Estudante L: Bom, o gráfico acabou infelizmente provando [que] as minhas teorias pessoais [estavam] certas, não e só falta de conhecimento, *é falta de proteção, falta de uma estrutura* na sociedade que *não force as mulheres* a desde cedo entender o sexo de uma forma equivocada, além da questão da falta de opção depois que a adolescente engravida por causa da situação da saúde brasileira. (Grifos Nossos).

O “casamento infantil” foi definido pela Convenção dos Direitos da Criança realizada pela Organização das Nações Unidas, como uma violação de direitos humanos, por favorecer que abusadores deixem de ser responsabilizados criminalmente por se casarem com suas vítimas, sua relação com o abandono escolar e posterior, dificuldade de colocação no mundo do trabalho. Enquanto em diversos

países, a questão está relacionada à tradição e rituais religiosos, na América do Sul e Caribe, que segundo estimativas, nos próximos dez anos sustentarão a amarga liderança no quesito, o fenômeno tem forte ligação com a pobreza. Dados apresentados pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN) revelam que por dia são formalizadas oito uniões em que pelo menos um dos nubentes é menor de idade, índice que coloca o Brasil na quarta posição mundial em número de “casamentos infantis” (Gouveia, 2023).

Com a promulgação da Lei nº. 13.811/2019, que proíbe o casamento de nubentes menores de 16 anos, mesmo nos casos de gravidez, a partir dessa idade, a união é considerada legal, desde que consentida pelos pais ou responsáveis, como ocorreu recentemente no Sul do Brasil, onde um prefeito se casou com uma jovem de 16 anos e em seguida nomeou a sogra para um cargo comissionado (Andrade, 2023). O impedimento legal é uma tentativa de proteger os direitos de adolescentes, pois além do afastamento do convívio da família e amigos e do abandono escolar, o “casamento infantil” também pode estar relacionado a várias formas de violência doméstica, que “vão desde o generalizado controle da mobilidade e sexualidade das meninas até a violência física”, conforme argumentam Taylor *et al.* (2015, p. 87). No estudo mencionado, a maioria das adolescentes grávidas pesquisadas se autodeclarou como pessoa negra e informou que vivia justamente nos bairros mais pobres dos centros urbanos ou no campo. Nesse sentido, operar com a interseccionalidade nos faz refletir sobre as desigualdades sociais, pois a disparidade econômica vivenciada por famílias chefiadas por mulheres negras, não poderia ser entendida somente pelo viés de classe, pois a diferença não é uma questão “apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero” (Collins; Bilge, 2021, p. 34).

Prosseguindo com as conversas, os blocos coloridos ou “fases” do Padlet facilitaram a mediação e a localização das interações no mural, como na conversa em que *professorapesquisadora* sinalizou a necessidade de identificação de um comentário deixado na “fase rosa” (Fig. 2). O envolvimento dos educandos nos deixou entusiasmados, pois foi satisfatório ver todos cocriando de modo freireano e cibercultural. Planejamos que o círculo cibercultural no Padlet acontecesse de 9h às 11h, mas na prática, as conversas se iniciaram antes do previsto e avançaram para além do meio-dia. Além disso, como a *Estudante L.*, estava matriculada no turno vespertino, o indício evidencia a “explosão” do horário da sala de aula, um dos fundamentos da Educação Online (Santos, 2019).

Figura 2: Outras mediações no WhatsApp durante a cocriação no Padlet



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Na sequência foi apresentada uma nova pergunta geradora aos praticantes: *“Em nossas conversas, vocês apontaram que a educação sexual e reprodutiva deve ser discutida na escola. Mas, em suas vivências, a prevenção da gravidez na adolescência foi um tema abordado em todas as disciplinas?”*. Conforme podemos observar as narrativas variaram:

Estudante A: Acho que nas disciplinas escolares não, há algum tempo (antes da pandemia) fizemos um trabalho para discutirmos sobre como prevenir a gravidez na adolescência, *mas foi só uma vez, não foi mais abordado esse assunto na escola*, só foi um assunto na minha turma de 2019, porque *uma aluna havia engravidado*, mas também *não falamos nada sobre*, acho que *tinha* que ser um tema a ser *sempre falado*.

Estudante D. No 8º ano foi um assunto muito abordado na disciplina de Ciências.

Estudante Pe: Não, esse assunto nunca foi abordado na minha escola.

Estudante L: Não em todas as disciplinas, *somente em Biologia*, trabalhos de Biologia, deveres de Biologia e às vezes a gente tinha um trabalho incentivado pela escola que girava em volta de educação sexual ou meio ambiente ou literatura eu acho. (Grifos Nossos).

Os achados são preocupantes, pois, excetuando-se alguns esforços, o desenvolvimento de atividades relacionadas educação sexual são estritamente delegados aos professores que lecionam os componentes de Ciências e de Biologia (Hassen, 2006). Por fim, estrategicamente, enviamos o link do formulário do Google no grupo de WhatsApp para que os praticantes nos contassem sobre a experiência que vivenciamos. De acordo com os estudantes, a cocriação foi uma atividade colaborativa, atraente e adequada à série, inclusive, eles foram unânimes em afirmar que gostariam de participar de outros encontros. Com exceção da *Estudante L.* que relatou ter usado esse *App* em uma atividade nas aulas de Matemática, os demais praticantes não conheciam o Padlet. A discente também apontou que as conversas seriam mais frutíferas se fossem desenvolvidas por mais tempo, o que concordamos.

O formulário também revelou disparadores para futuros encontros. No 1º questionamento, a *professorapesquisadora* trouxe uma discussão que circulou nas mídias sociais durante a pandemia: *No legislativo paulista estão tramitando dois Projetos de Lei na área dos direitos sexuais e reprodutivos: O projeto “Escolhi esperar”, que versa sobre a abstinência sexual como política pública de educação e o projeto “Escolhi me informar”, que respeita a escolha individual, mas reconhece o direito à educação sexual e reprodutiva. Na sua opinião qual dos dois projetos é mais adequado para trabalharmos essas questões na escola?* Abaixo, podemos perceber que as narrativas indicaram uma divisão entre os praticantes:

Estudante G.: Escolhi me informar.

Estudante J.: No meu ponto de vista, acho que o “Escolhi me informar” por respeitar as opiniões e posicionamentos individuais, torna-se mais adequado.

Estudante L.: Os dois, mas especialmente *eu prefiro o primeiro [escolhi esperar]*, eu acho que o primeiro *talvez tenha melhores resultados*.

Estudante A: Ambos os projetos são importantes para serem discutidos. (Grifos nossos).

Apesar dos conflitos, sobretudo nas áreas da educação e política, o debate dos direitos reprodutivos possibilitou o surgimento de modificações nas leis e políticas públicas de segurança e saúde em vários países latino-americanos (Gebara, 2019). Todavia, mesmo que a discussão esteja presente na cena contemporânea da luta por direitos das mulheres, a temática quase sempre foi pautada “como uma discussão polêmica exigida pela necessidade controle populacional imposta pelo Estado e das reivindicações de respeito às escolhas e decisões das mulheres”, a partir de um viés religioso, ligado principalmente ao cristianismo (*Ibidem*, p. 41). Portanto, as narrativas são relevantes, pois podem sugerir que os praticantes ainda não compreendem os conceitos de laicidade e liberdade individual, podem desconhecer que segundo especialistas, os projetos alinhados às ideias de abstinência sexual não são exitosos e, principalmente, que o acesso à educação sexual e reprodutiva é um direito. Os achados indicaram a necessidade de retomarmos as discussões e desenvolvermos atos de currículo de direitos sexuais e reprodutivos de forma interdisciplinar, consistente e continuada, conforme a *Estudante L.*, já havia apontado.

Finalmente, apresentamos o 2º questionamento feito via formulário: “*Em nossas conversas observei o interesse em temas ligados à educação reprodutiva. Você sabe quais métodos contraceptivos são distribuídos gratuitamente no SUS? Poderia citá-los?*” Cada estudante poderia dar mais de uma resposta. Como era de se esperar, os preservativos foram os mais citados pelos estudantes, inclusive, a *Estudante G.*, informou que só tinha conhecimento sobre a distribuição desse método, o que possivelmente se deve à continuidade das campanhas nacionais de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, como o HIV/Aids. Apesar disso, identificamos um achado interessante: alguns estudantes mencionaram o Dispositivo Intrauterino (DIU), método gratuito, reversível e recomendado para jovens da faixa etária dos praticantes da pesquisa.

CONCLUSÃO

Neste artigo narramos a cocriação de um mural no Padlet que teve como disparador as conversas sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola. Este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado realizada no âmbito do PPGEDUC/UFRRJ, que investigou a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos com os estudantes e educadoras do Colégio Estadual Rio de Janeiro, em Volta Redonda/RJ. Metodologicamente, o estudo foi fundamentado com as ideias de Paulo Freire, da teoria feminista interseccional e da ciberpesquisa-formação.

Os círculos ciberculturais surgiram sob a inspiração dos círculos de cultura realizados por Paulo Freire na década de 1960, na alfabetização de trabalhadores rurais. Também foram acionados o caderno de campo e as fichas-roteiro da mediação das conversas que emergiram com o uso pedagógico e estratégico do WhatsApp e do Padlet. Dentre os dados produzidos, destacamos alguns achados, como a escassa realização de atividades educativas relacionadas à temática, à exceção da abordagem nas aulas de Ciência e Biologia, apesar do elevado índice de gravidez na adolescência no país e da alarmante relação entre o fenômeno com a evasão escolar e a violência de gênero, sem deixarmos de considerar as diferentes formas de opressão, como raça, classe e gênero.

Também precisamos mencionar a recuperação do prazer e autoria, uma vez que os praticantes

demonstraram interesse pela cocriação no Padlet e afirmaram que pretendem participar de outros círculos ciberculturais e novas ciber(invenções). Por fim, convém ressaltarmos a importância de deixarmos os jovens falarem, pois eles têm muito a nos contar e ensinar. Além de garantir que todos os adolescentes tenham acesso à educação não sexista e livre de qualquer tipo de discriminação, precisamos incentivar que jovens participem da formulação de políticas alinhadas à prevenção da gravidez, porque a consideração das experiências e propostas juvenis para a resolução da questão são ações bastante recomendáveis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. 1. ed. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2001. p. 13-38.
- ANDRADE, T. Prefeito de 65 anos se casa com jovem de 16 anos e nomeia sogra para cargo. **Correio Brasiliense**. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2023/04/5089763-prefeito-de-65-anos-casa-com-adolescente-de-16-anos-e-nomeia-sogra-para-cargo.html> . Acesso em: 11 mai. 2023
- BARROS, D. M. V. Padlet: estratégia didático-pedagógica em fóruns para cursos on-line. In: SANTOS, E.; PORTO, C. (orgs.). **App-Education**: fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras na cibercultura. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 241-254.
- BERINO, A.; EDUARDO, J. R. F. M. Direitos sexuais e reprodutivos e Paulo Freire: conversas no WhatsApp e Mentimeter: **Interfaces Científicas - Educação**, 11(3), 64–81, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10641> . Acesso em: 27 dez. 2022.
- BELTRÁN-MARTÍN, I. **Using Padlet for collaborative learning**. 5th International Conference on Higher Education Advances. Universidade Politécnica de Valência, Valência, Espanha, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4995/HEAd19.2019.9188> . Acesso em: 12 nov. 2021.
- BRANDÃO, C.R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. BRANDÃO, C.R.; STRECK, D.R. (orgs.). Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006. p. 17-54.
- BRASIL. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Caderno 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

- BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.
- COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-310.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 2011a.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- GEBARA, I. **Direitos reprodutivos: quem legisla nas religiões monoteístas?** In: TOSTES, A.; RIBEIRO, C. O. (org.). **Religião, corporeidade e direitos reprodutivos: outras vozes dentro da fé cristã**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2019. p. 41-79.
- GOUVEIA, A. Casamento infantil: 2,2 milhões de adolescentes brasileiras são casadas. Correio Brasiliense. 27 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2023/04/5090333-casamento-infantil-22-milhoes-de-adolescentes-brasileiras-sao-casadas.html> . Acesso em: 30 abr. 2023.
- HASSEN, M. N. A. Sexualidade e reprodução: uma abordagem participativa no desenvolvimento de materiais educativos com jovens no Brasil. In: CORNWALL, A.; WELLBOURN, A. (orgs.). **Direitos sexuais e reprodutivos: experiências com abordagens participativas**. Tradução: Roberto Cataldo. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. p. 184-194.
- HEILBORN, M.L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M.L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; KNAUTH, D.R. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 29-59.

HERDY, T. Três Crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. **O Globo**. 02 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326> . Acesso em: 12 nov. 2021.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741> . Acesso em: 17 abr. 2022.

ORGANIZACIÓN Panamericana de la Salud - OPAS. **Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe**. Organização Mundial de Saúde (OMS). Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Washington, D.C., EUA, 2016.

PETCHESKY, R.P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, R.M. e PARKER, R. (orgs.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 15-38.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: UDUFPI, 2019.

SANTOS, E.; PORTO, C. (orgs.). **App-Education: fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SILVA, M. Paulo Freire, Vygotsky, Freinet, Dewey e Anísio Teixeira: usariam o WhatsApp! In: PORTO, C; OLIVEIRA, K.E.; CHAGAS, A. (orgs.). **WhatsApp e Educação: entre mensagens, imagens e sons**. 1. ed. Salvador/Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017. p. 15-26.

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. **Ela vai no meu barco: Casamento na infância e adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo e Promundo-US, 2015. Disponível em: https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/SheGoesWithMyBoat_PT_Final_15SET.pdf . Acesso em: 10 mar. 2023.

VAGGIONE, J.M.; MACHADO, M.D.C.; BIROLI, F. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; VAGGIONE, J.M.; MACHADO, M.D.C. (orgs.) **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 13-40.

Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

Doutora em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pelo PPGEduc – UFRRJ (2024); Mestra em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente - UNIFOA (2018); Especialização em Ensino de Ciências e Matemática (2014). Graduação em Ciências Biológicas - UFRJ (2008) e

Pedagogia - UNIRIO (2014). Professor Doc I Biologia na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Edméa Santos

Professora Titular-Livre da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PQ do CNPq. Atua no Instituto de educação, *campus* Seropédica e no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc-UFRRJ). Pedagoga pela UCSAL, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia -UFBA. Pós-doutora em e-learning e EAD pela Universidade Aberta de Portugal - UAB-PT, onde colabora esporadicamente no MPEL - Mestrado em Pedagogia do e-Learning.

Aristóteles Berino

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1994), doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2004) e pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (Campus Nova Iguaçu) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc-UFRRJ).

Como citar este documento:

EDUARDO, Janaína Rodrigues de Freitas Machado; SANTOS, Edméa; BERINO, Aristóteles. Conversas sobre a semana nacional de prevenção da gravidez na escola: uma cocriação no padlet. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.32, n.1, p. 136-151, jan./abr. 2024. ISSN 1982-9949. Disponível em: 10.17058/rea.v32i1.18980. Acesso em:_____.